

Jacques Lacan

O SEMINÁRIO

livro 6

o desejo e sua
interpretação

Texto estabelecido por
Jacques-Alain Miller



ZAHAR

Título original:
Le Séminaire de Jacques Lacan
Livre VI: Le désir et son interprétation

Tradução autorizada da primeira edição francesa, publicada em 2013 por Éditions de La Martinière/Le Champ Freudien Éditeur, de Paris, França

Copyright © 2013, Éditions de La Martinière et Le Champ Freudien Éditeur

Copyright da edição brasileira © 2016:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua Marquês de S. Vicente 99 – 1º | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ
tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787
editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Cet ouvrage, publié dans le cadre du Programme d'Aide à la Publication 2014 Carlos Drummond de Andrade de la médiathèque, bénéficie du soutien du Ministère français des Affaires Étrangères et du Développement International.

Este livro, publicado no âmbito do Programa de Apoio à Publicação 2014 Carlos Drummond de Andrade da mediateca, contou com o apoio do Ministério francês das Relações Exteriores e do Desenvolvimento Internacional.



Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Revisão: Eduardo Monteiro, Eduardo Farias
Indexação: Gabriella Russano

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

L129s Lacan, Jacques, 1901-1981
O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação/Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; tradução Claudia Berliner. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

il. (Campo Freudiano no Brasil)

Tradução de: *Le séminaire de Jacques Lacan livre VI: le désir et son interprétation*

Inclui índice
ISBN 978-85-378-1521-2

1. Psicanálise. 2. Psicologia. I. Miller, Jacques-Alain. II. Título. III. Série.

15-28511

CDD: 150.195
CDU: 159.964.2

I

CONSTRUÇÃO DO GRAFO

Reintroduzir a palavra “desejo”
Poetas e filósofos
Os três esquemas
A defesa contra o desamparo
Darwin e o arrepio do Diabo

Este ano falaremos do desejo e de sua interpretação.

Dizem que uma análise é uma terapêutica. Digamos que é um tratamento, um tratamento psíquico.

Esse tratamento incide sobre vários níveis do psiquismo, a começar sobre o que chamaremos de fenômenos marginais ou residuais, o sonho, os lapsos, o chiste, que foram os primeiros objetos científicos da experiência psicanalítica e nos quais me detive no ano passado.

Esse tratamento, se entrarmos mais no seu aspecto terapêutico, incide também sobre sintomas em sentido amplo, pois estes se manifestam no sujeito por inibições, que se constituem em sintomas e são sustentadas por eles.

Por fim, é um tratamento modificador de estruturas, em especial dessas estruturas chamadas neuroses ou neuropsicoses, que Freud inicialmente estruturou e designou como *neuropsicoses de defesa*.

Por outro lado, a que título a psicanálise intervém para lidar em diversos níveis com essas diversas realidades fenomênicas? Intervém na medida em que estas põem em jogo o desejo.

Assim, foi expressamente sob a rubrica do desejo, como significativo do desejo, que os fenômenos que chamei de residuais ou marginais foram primeiro apreendidos por Freud, nos sintomas que vemos descritos de uma ponta à outra de seu pensamento.

Também a angústia, se fizermos dela o ponto-chave da determinação dos sintomas, só intervém na medida em que esta ou aquela atividade que venha a entrar no jogo dos sintomas esteja erotizada, ou seja, melhor dizendo, tenha sido capturada no mecanismo do desejo.

Finalmente, o que significa o termo “defesa” quando empregado a propósito das neuropsicoses? Contra o que há defesa senão contra algo que nada mais é que o desejo?

Para concluir esta introdução, basta indicarmos que a libido, cuja noção se encontra no centro da teoria analítica, não é outra coisa além da energia psíquica do desejo.

Já indiquei em outra ocasião, de passagem – lembrem-se da metáfora da fábrica –, que a noção de energia, até mesmo para que ela subsista, necessita de certas conjunções entre o simbólico e o real, mas não quero me demorar agora nesse ponto.

Portanto, a teoria analítica repousa por inteiro na noção de libido, na energia do desejo.

1

Contudo, eis que, nos últimos tempos, vemos essa teoria analítica cada vez mais orientada numa direção que mudou.

Aqueles mesmos que sustentam a nova orientação articulam-na muito conscientemente – pelo menos os mais conscientes dentre eles. Como escreve várias vezes – porque ele não para de escrever – o representante mais típico dessa tendência, o sr. Fairbairn, e em particular na coletânea intitulada *Psychoanalytic Studies of the Personality*, a teoria moderna da análise modificou algo no eixo que Freud lhe deu de início, na medida em que, para nós, a libido já não é *pleasure-seeking*, mas *object-seeking*.

O que significa essa tendência que orienta a função da libido em função de um objeto que lhe estaria, de certa forma, predestinado é algo a que já fizemos alusão uma centena de vezes. Mostrei-lhes de mil formas suas incidências na técnica e na teoria analíticas. Creio ter podido lhes apontar, em várias ocasiões, os desvios práticos que ela acarreta, alguns dos quais não deixam de ser perigosos.

Para fazê-los abordar hoje o problema em questão este ano, quero lhes assinalar a importância do mero fato de reintroduzir a palavra “desejo”, cujo velamento é manifesto em toda a manipulação atual

da experiência analítica. Assim fazendo, produzimos uma impressão, não diria de renovação, mas de desconcerto. Quero dizer que se em vez de falar de libido ou de objeto genital, falamos de *desejo* genital, talvez se torne imediatamente mais difícil para nós considerar evidente que a maturação desse desejo implique, por si só, essa possibilidade de abertura para o amor, ou de plenitude de realização do amor, que parece ter se tornado doutrinal numa certa perspectiva da maturação da libido.

Essa tendência, essa realização, essa implicação quanto à maturação da libido mostra-se ainda mais surpreendente por ocorrer no seio de uma doutrina que foi precisamente a primeira não só a pôr em destaque, como também a explicar, o que Freud classificou sob o título de degradação da vida amorosa. A saber, que, embora o desejo pareça, com efeito, carregar consigo um certo montante de amor, trata-se muitas vezes de um amor que se apresenta à personalidade como conflituoso, de um amor que não se declara, que inclusive se recusa a se declarar.

Por outro lado, pelo mero fato de reintroduzirmos a palavra *desejo* ali onde termos como *afetividade* e *sentimento positivo* ou *negativo* são empregados correntemente, numa abordagem, pode-se dizer, envergonhada das forças eficazes na relação analítica e, particularmente, da transferência, ocorrerá uma clivagem que, parece-me, terá por si só algo de esclarecedor.

Com efeito, se em vez de considerar que a transferência é constituída por uma afetividade, por sentimentos positivos ou negativos, com o que esses termos comportam de vago e de velado, nomearmos o que aqui se experimenta com um termo único, o desejo; se falarmos de desejo sexual e desejo agressivo em relação ao analista, logo perceberemos, num piscar de olhos, que esses desejos não são, de jeito nenhum, tudo na transferência e que esta precisa ser definida por outra coisa além de referências mais ou menos confusas à noção de afetividade, positiva ou negativa.

Enfim, se pronunciarmos a palavra *desejo*, o benefício final desse uso pleno será nos perguntarmos: o que é o desejo?

Esta não será uma pergunta à qual poderemos responder de forma simples. Se eu não estivesse comprometido, aqui, com o que poderia chamar de encontro urgente com minhas necessidades práticas experienciais, teria me permitido uma interrogação sobre o sentido da palavra “desejo” para aqueles que estiveram mais qualifica-

dos para valorizar seu emprego, quais sejam, os poetas e os filósofos. Não o farei.

O que acontece, na poesia, com o emprego da palavra “desejo”, com a transmissão do termo e com sua função será algo que reencontraremos *a posteriori* se formos longe o suficiente em nossa investigação. Caso seja verdade, como toda a minha exposição este ano lhes mostrará, que a situação do desejo está profundamente marcada, amarrada, presa a certa função da linguagem, a uma certa relação do sujeito com o significante, a experiência analítica nos levará longe o bastante nessa exploração – ao menos é o que espero – para que encontremos todo o tempo necessário de ser ajudados pela evocação propriamente poética que disso pode ser feita, o que também nos permitirá, no fim, entender mais profundamente a natureza da criação poética em suas relações com o desejo.

Quero apenas ressaltar que as dificuldades próprias do jogo de ocultação, que, como veremos, está no fundo do que nossa experiência nos mostrará, já aparecem no fato, por exemplo, de que se vê bem como a relação poética com o desejo se ajusta mal, pode-se dizer, à pintura de seu objeto. Nesse sentido, a poesia figurativa, aquela que pinta, quase posso dizer, *as rosas e os lírios* [*les roses et les lys*] da beleza, nunca expressa o desejo fora do registro de uma singular frieza, ao passo que, curiosamente, é todo o contrário que ocorre na chamada poesia metafísica. Isso se deve à lei propriamente dita, que rege a evocação do desejo. Para aqueles que leem inglês, basta mencionar aqui a referência mais eminente dos poetas metafísicos da literatura inglesa, John Donne, convidando-os, por exemplo, a se reportar a um poema famoso como “The ecstasy”, a fim de constatar que o que ali é evocado é o problema da estrutura das relações do desejo.

Esse título indica e esboça, em certa medida, a direção em que se elabora, ao menos no plano lírico, a abordagem poética do desejo quando ele é visado em si mesmo. É certo que, quando o jogo do poeta se arma de ação dramática, ele vai bem mais longe para presentificar o desejo. Por ora, deixarei essa dimensão de lado, mas anuncio-a desde já porque dela nos aproximamos o ano passado – é a dimensão da comédia. Saibam que teremos de voltar a isso.

Deixemos aí os poetas. Só os nomeei aqui a título de indicação preliminar e para lhes dizer que os reencontraremos mais adiante, de forma mais ou menos difusa. Quero, em contrapartida, deter-me por um instante em qual foi, no tocante a isso, a posição dos filósofos,

pois, creio, foi bastante ilustrativa do ponto em que para nós se situa o problema.

Tomei o cuidado de escrever no quadro esses três termos: *pleasure-seeking*, *object-seeking*. Busca do prazer ou busca do objeto: foi efetivamente assim que, desde sempre, a questão se colocou para a reflexão e para a moral. Refiro-me à moral teórica, aquela que se enuncia por meio de preceitos e regras, de operações de filósofos e, muito especialmente, dizem, de eticistas.

Já lhes indiquei o que constitui a base de toda moral que poderíamos chamar de *fisicalista*, no sentido em que, na filosofia medieval, se fala da teoria física do amor em oposição à sua teoria extática. Pode-se dizer, até certo ponto, que toda moral expressa até agora na tradição filosófica tomou como base o que se poderia, em suma, chamar de tradição hedonista. Esta consiste em estabelecer uma espécie de equivalência entre os dois termos, o prazer e o objeto – no sentido de que o objeto é o objeto natural da libido, no sentido de que ele é um benefício. Trata-se, afinal, de incluir o prazer na categoria dos bens buscados pelo sujeito, na categoria do soberano bem, ou até de recusar-se a isso, mas com o mesmo critério.

Quando se está implicado no diálogo da escolástica, a tradição hedonista da moral para de surpreender, já não se notam seus paradoxos. No entanto, o que há, afinal, de mais antagonico ao que chamaremos de experiência da razão prática do que essa pretensa convergência entre o prazer e o bem?

Se olharmos mais de perto, se olharmos, por exemplo, como essas coisas são tratadas em Aristóteles, o que vemos elaborar-se? Em Aristóteles é muito claro, as coisas são muito puras: a identificação entre prazer e bem só chega a se realizar no interior do que chamarei de uma ética do “mestre” [*mâitre*].* Esse ideal lisonjeiro ostenta o termo “temperança” – em oposição à intemperança –, como algo que decorre do domínio ou da mestria/dominação [*mâtrise*] do sujeito em relação a seus próprios hábitos. Ora, a inconsequência dessa teorização é muito impressionante.

Se relerem as célebres passagens concernentes ao uso dos prazeres, verão que nada entra nessa ótica moralizante que não seja do registro do domínio, de uma moral de mestre, do que o mestre pode discipli-

* Vale lembrar que o termo *mâitre* em francês teria como primeira tradução “senhor” ou “amo”. Seguimos a tradução por “mestre”, já estabelecida em outras publicações em razão dos variados usos das assonâncias deste termo. (N.T.)

nar. Ele pode disciplinar muitas coisas, principalmente seu comportamento em relação a seus hábitos, isto é, ao manejo e uso de seu eu. Em contrapartida, no tocante ao desejo, as coisas são bem diferentes.

O próprio Aristóteles, muito lúcido, muito consciente do que resulta dessa teorização moral, prática e teórica, reconhece que os desejos, as *epithemia*, ultrapassam certo limite, que é precisamente o da dominação e o do eu, e que elas muito rapidamente se apresentam no terreno do que ele chama de *animalidade*. Os desejos são exilados do campo próprio do homem, supondo que o homem se identifique com a realidade do mestre. No caso, a bestialidade é mesmo algo como as perversões. Aliás, a esse respeito Aristóteles tem uma concepção singularmente moderna, que poderíamos traduzir dizendo que o mestre não poderia ser julgado por isso. Isso quase equivale a dizer, no nosso vocabulário, que ele não poderia ser reconhecido como responsável. São textos que vale a pena lembrar, e reportar-se a eles irá esclarecê-los.

No oposto dessa tradição filosófica, há alguém que eu gostaria, mesmo assim, de nomear aqui. A meu ver, ele é o precursor disso que acredito ser novo, que devemos considerar como novo no, digamos, progresso, no sentido de certa relação do homem consigo mesmo que é a da análise tal como Freud a constituiu. É Espinosa.

Em todo caso, é nele que se pode ler, em todo caso com uma ênfase bastante excepcional, uma fórmula como esta: *O desejo é a própria essência do homem*. Para não isolar o começo da fórmula de sua continuação, acrescentaremos: *na medida em que ela é concebida a partir de alguma de suas afecções, concebida como determinada e obrigada por qualquer uma de suas afecções a fazer alguma coisa*.

Já se poderia fazer muita coisa a partir disso para articular o que nessa fórmula ainda permanece, se me permitem, irrevelado. Digo *irrevelado* porque, é claro, não se pode traduzir Espinosa a partir de Freud. Mas ofereço-o a vocês como um testemunho muito singular. Eu, sem dúvida, tenho para isso mais propensão que outros, pois, em tempos muito remotos, frequentei muito Espinosa. Nem por isso creio que este seja o motivo pelo qual, relendo-o a partir de minha experiência, me pareça que alguém que participa da experiência freudiana também possa ficar à vontade nos textos daquele que escreveu o *De servitude humana* e para quem toda a realidade humana se estrutura, se organiza em função dos atributos da substância divina. Mas, por ora, também deixemos de lado esse bosquejo, prontos para a ele voltar.

Quero lhes dar um exemplo bem mais acessível, com o qual encerrarei a referência filosófica relativa a nosso problema.

Tomei-o no nível mais acessível, até mesmo mais vulgar do acesso que possam ter a ele. Abram o dicionário do encantador finado Lalande, seu *Vocabulário filosófico*. Todo tipo de exercício dessa natureza, o de fazer um vocabulário, é sempre uma das coisas mais perigosas e, ao mesmo tempo, mais frutíferas, de tal forma a linguagem predomina em tudo o que se refere aos problemas. Temos certeza de que, ao organizar um vocabulário, sempre faremos algo sugestivo. Aqui, encontramos isto: *Desejo* [*Désir*]: *Begehren, Begehrung*. Não é inútil lembrar o que o desejo articula no plano filosófico alemão.

Tendência espontânea e consciente em direção a um fim conhecido ou imaginado. O desejo repousa, pois, sobre a tendência, da qual ele é um caso particular e mais complexo. Opõe-se, por outro lado, à vontade (ou à volição) na medida em que esta pressupõe ademais: 1ª a coordenação, pelo menos momentânea, das tendências; 2ª a oposição entre o sujeito e o objeto; 3ª a consciência de sua própria eficácia; 4ª o pensamento dos meios pelos quais se realizará o fim pretendido.

São lembretes bastante úteis, mas notemos que, num artigo que pretende definir o desejo, há duas linhas para situá-lo em relação à tendência, e que todo o desenvolvimento se refere à vontade. A isso se reduz o discurso sobre o desejo nesse *Vocabulário*, com a ressalva de que a ele se acrescenta: *Por fim, segundo certos filósofos, existe ainda, na vontade, um fiat de natureza especial, irreduzível às tendências e que constitui a liberdade*. Há uma sombra de ironia nessa última linha, o que é notável vindo desse autor filosófico.

Em nota: *O desejo é a tendência a se proporcionar uma emoção já experimentada ou imaginada, é a vontade natural de um prazer*. Seguem-se citações de Rauh e de Revault d'Allonnes, sendo que o termo *vontade natural* tem grande interesse como referência. Ao que Lalande acrescenta pessoalmente: *Esta definição parece-nos demasiado estreita, uma vez que não leva suficientemente em conta a anterioridade de certas tendências em relação às emoções correspondentes. Em todo caso, o desejo parece-nos ser essencialmente o desejo de um ato ou de um estado sem que nele haja necessariamente a representação da característica afetiva desse fim*. Penso que isso quer dizer “do prazer” ou de alguma outra coisa. Seja como for, certamente não deixa de levantar o problema de saber

se o que está em jogo é a representação do prazer ou o prazer. Certamente não penso que seja uma tarefa simples apreender a significação do desejo por via desse *Vocabulário*, tanto mais que tampouco se pode dizer que essa tarefa tenha de alguma maneira sido preparada pela tradição a que o autor se refere.

O desejo é a realidade psicológica rebelde a toda organização? Será pela subtração das características indicadas como próprias da vontade que finalmente chegaremos a nos aproximar da realidade do desejo? Teríamos, então, o contrário do que abandonamos. Teríamos a não-coordenação, ainda que momentânea, das tendências. A oposição entre sujeito e objeto seria realmente retirada. Estaríamos também em presença de uma tendência sem consciência de sua própria eficácia e sem o pensamento das palavras pelas quais ela realizará o fim pretendido. Em suma, estaríamos num campo para o qual a análise trouxe articulações mais precisas.

Com efeito, no interior dessas determinações negativas, a análise desenha muito precisamente, em diversos níveis, a pulsão, na medida em que ela é justamente a não-coordenação, ainda que momentânea, das tendências, e a fantasia, na medida em que introduz uma articulação essencial ou, mais exatamente, uma espécie totalmente caracterizada no interior dessa vaga determinação designada como a não oposição entre o sujeito e o objeto. Nosso objetivo este ano será tentar definir o que é a fantasia, e talvez de uma maneira um pouco mais precisa do que a tradição analítica conseguiu fazer até agora.

Quanto ao que resta da definição, e que implica o idealismo e o pragmatismo, guardaremos apenas uma coisa, por enquanto: como parece difícil situar e analisar o desejo em função de referências puramente objetivas.

Paremos aqui para entrar, propriamente, nos termos em que penso poder, este ano, articular para vocês o problema de nossa experiência, na medida em que eles são nomeadamente os do desejo – do desejo e sua interpretação.

2

O nexa interno, o nexa de coerência, na experiência analítica, entre o desejo e sua interpretação apresenta em si mesmo um traço que só o hábito nos impede de ver: o quanto a interpretação do desejo já é, por

si só, subjetiva. Isso parece mesmo algo ligado de modo igualmente interno à própria manifestação do desejo.

Vocês sabem de que ponto de vista, não vou dizer partimos, mas caminhamos. Com efeito, não é de hoje que estamos juntos. Já faz cinco anos que tentamos indicar os delineamentos da compreensão mediante certas articulações de nossa experiência. Esses delineamentos vêm este ano convergir para um problema que pode ser o ponto de confluência de todos esses pontos, alguns afastados uns dos outros, para cuja abordagem quero prepará-los.

Uma vez que andamos juntos durante esses cinco anos, posso afirmar desde logo que a psicanálise nos mostra, essencialmente, o que chamaremos de captura do homem no constituinte da cadeia significativa. Essa captura está, sem dúvida, ligada ao fazer do homem, mas não é coextensiva a esse fazer. Se o homem fala, para falar ele tem de entrar na linguagem e num discurso preexistente. Essa lei da subjetividade que a análise destaca especialmente, qual seja, sua dependência fundamental da linguagem, é tão essencial que, literalmente, toda a psicologia desliza sobre isso.

Diremos que há, pelo menos, uma psicologia submetida à linguagem, aquela que definimos como a soma dos estudos relativos ao que poderíamos chamar, em sentido amplo, de uma sensibilidade, enquanto função da manutenção de uma totalidade ou de uma homeostase. Em suma, trata-se das funções da sensibilidade com relação a um organismo. Nisso, tudo está implicado – não só todos os dados experimentais da psicofísica, mas também tudo o que, na ordem mais geral, a entrada em jogo da noção de forma pode propiciar no que se refere à apreensão dos meios para a manutenção da constância do organismo. Há todo um campo da psicologia inscrito aí, sustentado pela experiência que lhe é própria e que dá lugar a uma pesquisa que prossegue.

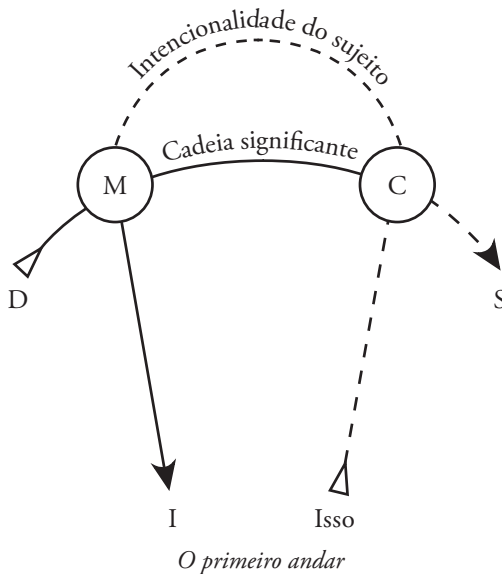
No entanto, a subjetividade em questão estando o homem capturado na linguagem, estando capturado nela queira ele ou não, e estando capturado nela bem além do saber que disso tenha, não é imanente a uma sensibilidade, se entendemos por isso o par estímulo-resposta. A razão disso é que o estímulo está dado em função de um código, que impõe sua ordem à necessidade, a qual nele tem de se traduzir.

Na perspectiva experimental, podemos, a rigor, explicar a prova do ciclo estímulo-resposta em termos de sinais. Diremos que o estímulo é um sinal que o meio externo dá ao organismo de que tem de responder, de que tem de se defender, e que ele, por sua vez, emite um

sinal. Se você faz cócegas na planta do pé de uma rã, ela responde com certa distensão muscular. Contudo, quando se trata da subjetividade capturada pela linguagem, há emissão não de um sinal – ou de um signo –, mas de um significante.

Guardem bem isso, que parece simples. Na teoria da comunicação, fala-se do signo como algo endereçado a alguém e que vale em relação a uma terceira coisa que esse signo representa. Muito recentemente ainda lemos que três são os termos mínimos. Sem nem mesmo haver necessidade de falar de emissor, é preciso haver aquele que ouve e, em seguida, basta um signo, o qual significa uma terceira coisa, que ele simplesmente representa.

Ora, no que concerne ao significante, essa construção é falsa, na medida em que o significante não vale em relação a uma terceira coisa que ele representaria, mas em relação a outro significante, que ele não é.



Dos três esquemas que acabo de escrever no quadro, quero mostrar, não diria a gênese, mas a construção. Não imaginem tratar-se de etapas, ainda que, eventualmente, possam ser encontradas aí etapas de fato realizadas pelo sujeito. É certo que o sujeito precisa ocupar seu lugar aí, mas não vejam nesses esquemas etapas típicas do desenvolvi-

mento; trata-se, antes, de uma geração, de uma anterioridade lógica de cada um em relação ao que o segue.

O que representa isso que chamamos de D maiúsculo? D representa a cadeia significante. Essa estrutura basal, fundamental, submete toda manifestação de linguagem à condição de estar regulada por uma sucessão, em outras palavras, por uma diacronia, por algo que se desenrola no tempo. O S maiúsculo está posto para *significante*.

Deixamos de lado as propriedades temporais envolvidas; talvez tenhamos de voltar a elas mais adiante. Digamos que nem toda a plenitude da matéria temporal, como se diz, está implicada aí. Aqui, as coisas se resumem à noção de sucessão, com o que ela já pode implicar da noção de escansão, mas tampouco chegamos nisso.

Nosso problema é o da implicação do sujeito no significante. A única base sobre a qual ela vai se instaurar é o elemento discreto, isto é, diferencial.

Dado o que acabei de mostrar, isto é, que o significante se define, ganha seu valor e seu sentido por sua relação com outro significante dentro de um sistema de oposições significantes, a cadeia significante se desenvolve numa dimensão que implica certa sincronia dos significantes, ou seja, a existência de certa bateria significante.

Pode-se levantar o problema de saber qual é a bateria mínima. Tentei dedicar-me a esse probleminha. O que parece ser a bateria mínima é uma bateria de quatro. É possível fazer uma linguagem com isso? Não creio ser impensável. Procurar saber se é possível não os arrastaria para muito longe de sua experiência, mas deixemos isso de lado. É claro que, no atual estado de coisas, estamos longe de estar reduzidos a esse mínimo.

O importante é o seguinte: o que está indicado pela linha pontilhada vem recortar, da frente para trás, cortando-a em dois pontos, a linha representativa da cadeia significante.

O primeiro encontro se dá no nível sincrônico, o da simultaneidade dos significantes. O ponto C é o que chamo de ponto de encontro do código. Em outras palavras, há aqui o jogo do significante, algo que funciona como uma matraca [*moulin à paroles*]. A criança se dirige a um sujeito que ela sabe ser falante, que ela viu falando, que a penetrou com relatos desde o começo de seu despertar para a luz do dia. É muito cedo que o sujeito tem de aprender que essa é uma via, que esse é o desfilamento pelo qual as manifestações de suas necessidades devem rebaixar-se a passar para serem satisfeitas.

M, o segundo ponto de interseção, é aquele onde se produz a mensagem. Com efeito, é sempre por um jogo retroativo da sequência de significantes que a significação se afirma e se precisa. É *a posteriori* que a mensagem toma forma, a partir do significante, do código, que está ali à sua frente. Inversamente, a mensagem, enquanto se formula, a todo instante se antecipa ao código, busca uma garantia.

Já lhes indiquei o que resulta do processo intencional que vai do *Isso* ao I maiúsculo.

O que está na sua origem apresenta-se sob a forma de eclosão da necessidade, da tendência, como dizem os psicólogos. Isso está representado no meu esquema no nível do *Isso*. Aqui não há via de retorno que se feche, pois o *Isso* está capturado na linguagem, mas não sabe o que é, ele não se reflete nessa abordagem inocente da linguagem na qual o sujeito se constitui inicialmente discurso.

O fato, mesmo reduzido às suas formas mais primitivas de apreensão pelo sujeito, de este estar em relação com outros sujeitos falantes resulta que, no fim da cadeia intencional, se produza o que denominei primeira identificação, a identificação primária, I.

É a primeira realização de um ideal do qual, nesse momento do esquema, não se pode sequer dizer que se trata de um Ideal do eu, mas apenas que o sujeito recebeu aqui a primeira chancela [*seing*], *signum*, de sua relação com o Outro.

3

Vem agora a segunda etapa do esquema.

Vocês podem, de certo modo, fazê-la abranger certa etapa evolutiva, desde que não considerem essas etapas como cesuras. Na evolução, existem coisas claramente distintas, mas não é no nível das etapas do esquema que elas se encontram. Essas cesuras, como notou Freud em algum lugar, marcam-se no nível do juízo de atribuição com relação à nomeação simples. Não é disso que estou falando agora, deixo para mais adiante.

A primeira parte desse esquema representa o nível *infans* do discurso, pois talvez nem seja necessário a criança já estar falando para que a marca, a impressão deixada pela demanda sobre a necessidade, se exerça, como mostram seus vagidos alternantes. A segunda parte implica que a criança, embora ainda não saiba sustentar um discurso, assim mesmo já sabe falar, o que vem muito cedo.